

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.600.814 - RS (2019/0305730-0)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : VOLMAR DA SILVA MALHAS
OUTRO NOME : BARONESA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA
ADVOGADO : MARCELO DOMINGUES DE FREITAS E CASTRO - RS031306
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO : ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA - RS030820

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. INADMISSÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 1.030, I, b, DO NCPC (ART. 543-C, PARÁGRAFO 7º, INCISO I DO CPC/73). AGRAVO INVIÁVEL EM HIPÓTESES DE INADMISSÃO COM FUNDAMENTO NA APLICAÇÃO DE ENTENDIMENTO FIRMADO EM JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS (ART.1.042 DO NCPC) POR SE TRATAR DE ERRO GROSSEIRO. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. INEXISTÊNCIA. ALTERAÇÃO DO JULGADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7 DO STJ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO EM PARTE. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO PARCIALMENTE E, NESSA EXTENSÃO, IMPROVIDO.**

DECISÃO

BARONESA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA. (BARONESA) ajuizou ação revisional de contrato bancário contra BANCO BRADESCO S.A. (BRADESCO).

Os pedidos iniciais foram julgados parcialmente procedentes (e-STJ, fls. 294/301).

O TJRS deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto por BARONESA. O acórdão ficou assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL.

1. Preliminar contrarrecursal: insubsistente a prefaciái suscitada pela parte recorrida em contrarrazões, tendo em vista que as alegações de apelo se contrapõem aos fundamentos da sentença, preenchendo o requisito do artigo

Superior Tribunal de Justiça

1.010, II e III, do CPC/2015.

2. juros remuneratórios: a alteração da taxa de juros remuneratórios, em se tratando de pacto firmado por instituição cadastrada no sistema financeiro nacional, depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado estabelecida pelo Banco Central para o período, o que não se verifica no caso em apreço.

3. Capitalização diária: embora seja lícita a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual, no caso concreto, a previsão acerca da capitalização diária revela-se abusiva, na medida em que não há, nos contratos discutidos, qualquer alusão à taxa efetiva de juros diária contratada. Precedente do Superior Tribunal de justiça.

4. Mora contratual: a descaracterização da mora está relacionada ao afastamento dos encargos incidentes no período da normalidade. No caso em tela, como a periodicidade da capitalização dos juros restou revisada, a mora deve ser afastada enquanto não realizado o recálculo dos valores devidos, de acordo com a presente revisão judicial.

5. Ônus sucumbenciais: em virtude do resultado do julgamento, os ônus de sucumbência devem ser redistribuídos, em conformidade com o previsto nos artigos 85, §§2º e 8º, e 86 do CPC/2015.

Recurso de apelação parcialmente provido (e-STJ, fl. 351).

Os embargos de declaração opostos por BARONESA foram rejeitados (e-STJ, fls. 371/375).

BARONESA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ofensa aos arts. 489, VI, e 927, IV, do NCPC, arts. 406 e 591 do CC/02 e 51, §1º, III e IV, do CDC, por entender, em suma, que (1) os juros remuneratórios e a capitalização dos juros são abusivas; (2) a decisão recorrida não foi devidamente fundamentada; (3) é possível a inversão do ônus da prova, conforme preconiza o CDC (e-STJ, fls. 379/388).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 395/410)

O apelo nobre não foi admitido sob os fundamentos de ausência de ofensa ao art. 489 do NCPC, aplicação dos arts. 1.030, I, *b* e 1.040, I, do NCPC, sistemática dos recursos repetitivos, bem como pela incidência das Súmulas nºs 5, 7, 83 e 211 do STJ (e-STJ, fls. 411/421).

BARONESA interpôs agravo em recurso especial, afirmando violação dos dispositivos de lei federal e divergência pretoriana. Afirmou, ainda, que houve usurpação

Superior Tribunal de Justiça

da competência exclusiva do STJ. No mais, repisou as razões do apelo nobre (e-STJ, fls. 424/439).

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 441/455).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Da alegada usurpação de competência no juízo de admissibilidade do recurso especial

Inicialmente, quanto ao juízo de admissibilidade, é relevante afirmar que o Tribunal *a quo*, ao realizá-lo, atendeu perfeitamente aos ditames legais, estando em perfeita consonância com a Súmula nº 123 do STJ.

Ressalte-se que o referido juízo é bifásico, ou seja, o primeiro juízo realizado no Tribunal de origem não tem o condão de vincular a decisão de admissibilidade do STJ, a qual é soberana àquele.

Desta forma, não há usurpação de competência do Tribunal de origem ao incursionar no mérito do especial.

Confirmam-se precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE ATENDIDOS. ANÁLISE DE MÉRITO DO ESPECIAL. CONTROLE BIFÁSICO. APELAÇÃO. 514, II, DO CPC. ATENDIMENTO.

1. O juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico e, como tal, a decisão proferida pelo tribunal de origem não vincula esta Corte, que tem competência plena para verificar, novamente, o preenchimento dos pressupostos recursais.

2. O exame de mérito do apelo nobre já traduz o entendimento de que foram atendidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de sua admissibilidade, inexistindo necessidade de pronunciamento explícito a esse respeito.

3. "A reprodução, na apelação, dos argumentos já lançados na petição inicial ou na contestação não é, em si, obstáculo

Superior Tribunal de Justiça

bastante para negar conhecimento ao recurso" (AgRg no AREsp nº 175.517/MS, Relator Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, DJe 27/6/2012).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 489.138/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, julgado em 16/9/2014, DJe 26/9/2014)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. SÚMULA 216/STJ. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE BIFÁSICO. STJ NÃO VINCULADO.

(...)

2. O juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade. Precedentes.

3. "A tempestividade de recurso interposto no Superior Tribunal de Justiça é aferida pelo registro no protocolo da secretaria e não pela data da entrega na agência do correio." (Súmula 216/STJ).

4. O recurso mostra-se manifestamente infundado, a ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 557, § 2º, do CPC.

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa.

(EDcl no AREsp 289.109/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 15/5/2014, DJe 21/5/2014)

(1) Do art. 1.042 do NCPC

Com o advento do NCPC aos 18/3/2016 passou a existir expressa previsão legal no sentido do **não cabimento de agravo contra decisão que inadmite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo, in verbis:**

Art. 1.042. Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.

1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.

2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outora de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.

3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação pontual sobre todos os artigos de lei indicados como violados pela parte vencida.

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.

(AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016 – sem destaque no original)

Superior Tribunal de Justiça

No caso dos autos, o julgado recorrido vai ao encontro com a orientação assentada pela Segunda Seção do STJ no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 973.827/RS - Temas 246 e 247 do STJ.

Portanto, o agravo não pode ser conhecido, nesse ponto, por constituir erro grosseiro.

Noutro aspecto, tem-se que o TJRS concluiu que os juros remuneratórios pactuados nas cédulas de crédito bancário não foram abusivos, apesar de superiores à taxa média de mercado. Reformar tal entendimento demandaria o revolvimento do conjunto probatório, o que é inviável, na via eleita, ante os óbices das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido, ilustrativamente:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO CONSTATAÇÃO DA ABUSIVIDADE. SÚMULAS N. 5, 7 E 83 DO STJ. PRECEDENTES.

1. Não constatada a abusividade da taxa de juros remuneratórios, não há razão para afastar as taxas inicialmente pactuadas sob a alegação da imposição de limites. Incidência da Súmula n. 83/STJ.

2. O recurso especial não se presta para interpretação de cláusulas contratuais ou reexame do contexto fático-probatório dos autos, a teor do disposto nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 673.835/MS, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, j. 21/5/2015, DJe 26/5/2015 – sem destaques no original)

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. 1. PROVA PERICIAL E DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STJ. 2. LIMITAÇÃO DE JUROS MORATÓRIOS. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. SÚMULAS N. 5, 7 E 83 DO STJ. 3. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PREVISÃO CONTRATUAL. SÚMULA N. 83 DO STJ. 4. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Não se conhece de recurso especial se, mesmo opostos embargos de declaração, não ocorreu o prequestionamento dos preceitos legais ditos violados. Incidência das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ.

2. Os juros remuneratórios devem ser limitados à taxa média de mercado somente quando cabalmente comprovada, no caso concreto, a significativa discrepância entre a taxa pactuada e a taxa de mercado para operações da espécie.

3. A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual

deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.043.417/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 27/2/2018, DJe 9/3/2018 – sem destaques no original)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual ou revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

2. O Tribunal de origem, mediante a análise da prova dos autos e os parâmetros definidos no Recurso Especial Repetitivo n. 1.061.530/RS a respeito dos juros remuneratórios em contratos bancários, afastou a alegação de abusividade da taxa cobrada, afirmando, inclusive, a contratação abaixo da média de mercado divulgada pelo Bacen. Desse modo, a alteração do desfecho conferido ao processo atrai o óbice das mencionadas súmulas.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.312.897/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 30/9/2019, DJe 3/10/2019 – sem destaques no original)

(2) Da alegada violação do art. 489 do NCPC

No que diz respeito à alegada ausência de fundamentação da decisão recorrida, tem-se que o TJRS assim se manifestou:

Quanto à abusividade dos juros remuneratórios, segundo o entendimento deste Órgão Colegiado, que se coaduna com a orientação do STJ, a revisão do encargo será permitida apenas nos casos em que restar comprovado que o percentual fixado no documento esteja discrepante das taxas de mercado usualmente utilizadas (e-STJ, fl. 355).

[...]

Destaca-se que esta Câmara se pauta no sentido de considerar como discrepantes os juros remuneratórios

Superior Tribunal de Justiça

estabelecidos em contratos bancários quando fixados em patamares superiores a "uma vez e meia" a média de mercado, esta apurada pelo Banco Central do Brasil - BACEN', para operações financeiras similares (e-STJ, fl. 356).

[...]

Conforme se observa, os juros remuneratórios contratuais, ainda que superiores à taxa média de mercado, não se revelam abusivos, porquanto não superam "uma vez e meia" a taxa média, critério utilizado por esta Câmara, para fins de reconhecimento da abusividade contratual (e-STJ, fl. 357).

[...]

No que diz respeito à periodicidade da capitalização dos juros, conforme preceitua o artigo 5º da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional estão autorizadas a capitalizar juros em periodicidade inferior à anual, desde que o pacto seja firmado posteriormente à data de 31/03/2000. Além disso, a previsão de taxa de juros anual em patamar superior a 12 (doze) vezes a taxa de juros mensal é "suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

Essa é a posição a que passei a aderir, a partir do julgamento do REsp nº 973827, realizado em 08/08/2012, nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973 (e-STJ, fl. 357).

[...]

Entretanto, no caso em tela, considero abusiva a previsão acerca da capitalização diária dos juros, pois, não há, nas cédulas discutidas, qualquer indicação referente à taxa de juros diária praticada (os contratos informam somente a taxa mensal e anual).

Ademais, incumbe destacar que as taxas de juros efetivas anuais informadas nos contratos correspondem exatamente às respectivas taxas mensais também previstas nos instrumentos, só que capitalizadas mensalmente, o que evidencia que a capitalização dos encargos, em verdade, encontra-se prevista em tal periodicidade.

Logo, ainda que não haja óbice à cobrança dos juros efetivos anuais previstos nos instrumentos, tal situação- não autoriza a capitalização diária, pois tal situação resultaria na aplicação de juros superiores aos próprios percentuais informados (e-STJ, fl. 359 – com destaque no original).

Verifica-se que o acórdão se encontra fundamentado de forma a não ensejar dúvidas acerca das razões de ordem jurídica que lhe deram sustentação.

Assim, houve manifestação sobre o tema, só que de forma contrária à pretensão de BARONESA, o que não caracterizou ofensa ao art. 489 do NCPC.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FINANCIAMENTO DE IMÓVEL. 1. ALEGAÇÃO DE REFORMATIO IN PEJUS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. 2. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 3. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. ART. 489 DO CPC/2015. NÃO CARACTERIZADA. 4. ÍNDICE CORRETO PARA APLICAÇÃO DO SALDO DEVEDOR. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF. 5. JUROS DE MORA. DATA DA CITAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. 6. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Constatado que a agravante se utiliza do presente recurso para inaugurar o debate de questão não arguida por ocasião da interposição do recurso especial, é caso de incidência do instituto da preclusão consumativa, ante a evidente inovação recursal.

2. A suscitada violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 foi deduzida de modo dissociado do que foi decidido pela Corte de origem, o que justifica a aplicação da Súmula 284 do STF.

3. Conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

4. No que se refere ao índice correto para aplicação do saldo devedor, entendo ser cabível a incidência da Súmula 284/STF. Isso porque é inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso tiverem dissociadas do que foi decidido no acórdão recorrido.

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.288.143/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 11/9/2018, DJe 21/9/2018 – sem destaques no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CUMPRIMENTO DE CONTRATO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA QUE

Superior Tribunal de Justiça

DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.460.705/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 24/9/2019, DJe 30/9/2019 – sem destaque no original)

(3) Da inversão do ônus da prova

A questão referente à inversão do ônus da prova não foi apreciada pelo TJRS, apesar da interposição de Embargos de Declaração, estando ausente o indispensável debate prévio. Assim, inexistente o prequestionamento, obstaculizada está a via de acesso ao apelo excepcional. Incidente a Súmula nº 211 do STJ.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO EM PARTE** do agravo para **CONHECER PARCIALMENTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de BARONESA, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

